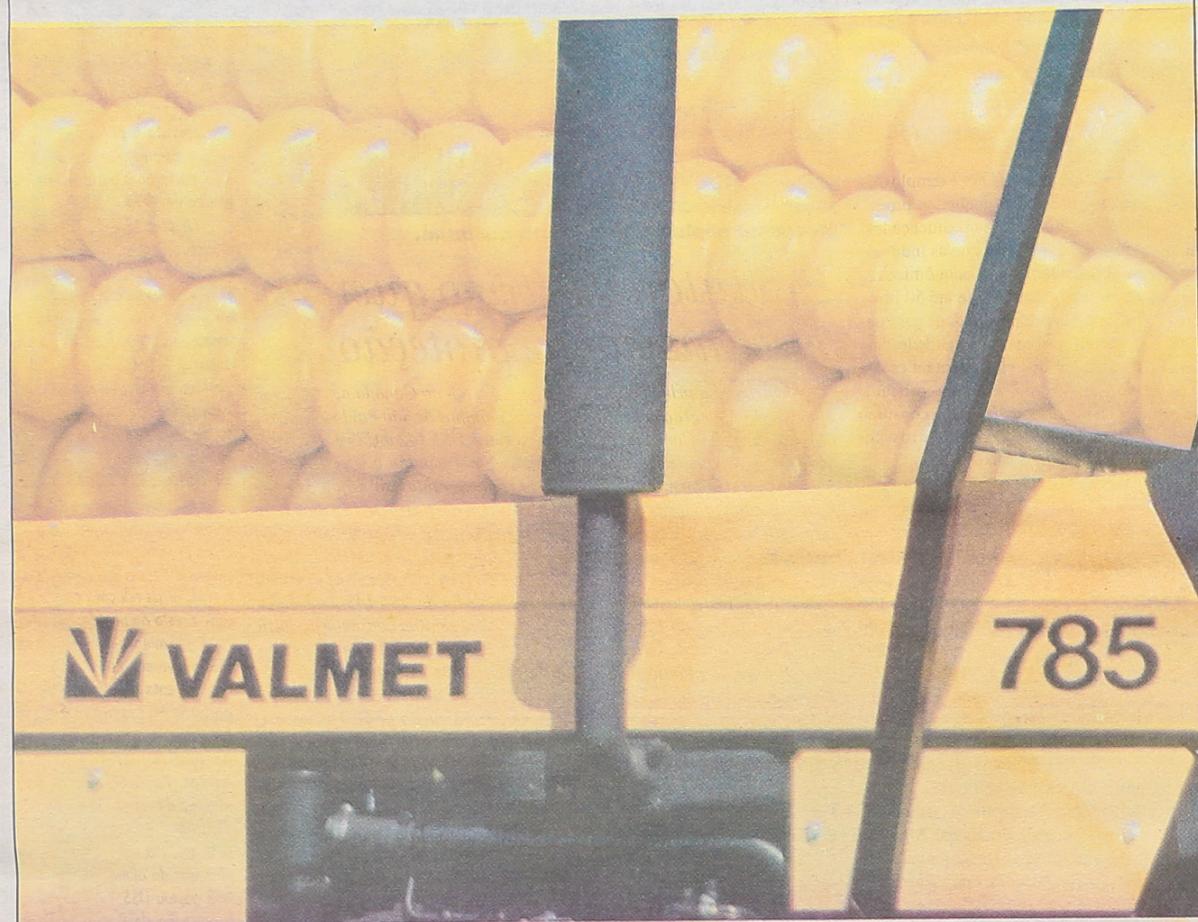


# CONCORRÊNCIA IMPÕE NOVO MODELO PARA PEQUENA PROPRIEDADE

## Trator Valmet. Agora em grãos. É o financiamento pela cotação do milho.



## Plano Espigão. A mais nova sacada da Valmet.

Com apenas 200 sacas de milho de entrada, você já pode sair com o seu Valmet 785 4 x 2 novinho em folha. É o Espigão. O Plano de Financiamento da Valmet pela equivalência do milho, válido para todo o Estado do Paraná. As parcelas do plano são pagas pela cotação do milho, informada através do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado

do Paraná (DERAL). Você também pode escolher o Valmet 985 nas suas versões 4 x 4 turbo (com motor MWM) ou 4 x 4 S (com motor Valmet 420 DS). Neste caso, a entrada fica por conta de 560 sacas de milho. O resto, você já sabe: vai pagando de grão em grão. Consulte hoje mesmo o seu Concessionário Valmet. Você vai ver como é fácil debulhar este Espigão.

**VALMET**  
O trator da nossa terra

Fábrica em Mogi das Cruzes - SP



Leite: pequenos teriam prejuízo.

### PARA ENTENDER O MERCOSUL

O Tratado de Constituição do Mercosul foi assinado em Assunção no dia 26 de março de 1991 entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O acordo prevê a livre circulação de bens e serviços entre os países; adoção de uma tarifa externa (união aduaneira) e de uma política comercial comum em relação a terceiros e coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os participantes.

O programa de liberação comercial está sendo colocado em prática através de um cronograma de desgravação tarifária em ordem progressiva, chegando a uma redução de 90% até o final deste ano. As tarifas vêm sofrendo desagravo a cada seis meses e já caíram 82% até dezembro do ano passado. Apenas o Paraguai e o Uruguai vão ficar com uma série de produtos na lista de exceção até 31 de dezembro de 1995 porque entraram mais tarde no Mercosul.

Segundo estudos do Iperdes, a harmonização entre políticas macroeconômicas parece ser a principal responsável para o sucesso do programa de integração. Isto em função das economias dos países envolvidos. Diferenças nas estruturas produtivas e tributárias diferentes, elevadas taxas de inflação, pesado endividamento externo e graus diferenciados de instabilidade cambial.

Estas diferenças, de acordo com o Iperdes, impõem um programa de ajuste simultâneo, sem o qual poderá haver condições desfavoráveis de competitividade entre os países. "Além disso, é preciso saber qual a tarifa externa comum a ser adotada por esses países frente a terceiros, já que há uma diferenciação apresentada entre as suas respectivas tarifas externas".

Em cada país foram constituídos 11 grupos de trabalho, para assuntos comerciais, aduaneiros, normas técnicas, políticas fiscal e monetária relacionadas com o comércio, transporte terrestre, transporte marítimo, política industrial e tecnológica, política agrícola, política energética e coordenação de políticas macroeconômicas. A política agrícola e agroindustrial está sendo discutida pelo subgrupo 8, coordenado pelo Ministério da Agricultura e que envolve a participação de técnicos de governos nos estados, além da iniciativa privada e lideranças sindicais. (RN)

### Desafios para enfrentar a competitividade.

ROBERTO NICOLATO

Abertura de mercado, união aduaneira, tarifas mais baixas e livre circulação de mercadorias. A implantação do Mercado Comum do Cone Sul estabelece um novo conceito econômico e começa a revelar com mais clareza as duas faces do Brasil: o lado moderno que investe na produtividade e, por isso, é mais competitivo e outro lado menos produtivo e arcaico, muitas vezes por falta de acesso às informações e condições financeiras para acompanhar os avanços da tecnologia.

Com o livre comércio entre os quatro países - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - e com a adoção de baixas tarifas em relação a outros países, a agricultura brasileira assume novos contornos e começa a se ajustar dentro de um processo de perdas e ganhos, onde a eficiência e a competitividade são as palavras de ordem. Neste contexto, dizem as lideranças do setor rural,

1994 vai ser um ano importante para a criação de um projeto de reconversão agrícola com o objetivo de reestruturar pequenas e médias propriedades.

No Paraná, entidades sindicais, iniciativa privada e técnicos do governo estão fazendo estudos com o objetivo de traçar uma radiografia de todos os setores da agricultura que de uma forma ou de outra vão ser ou estão sendo atingidos pela integração dos países do Cone Sul. A proposta passa necessariamente pelo apoio governamental e por uma política voltada ao associativismo para enfrentar a concorrência, com a criação do Mercosul.

A defasagem cambial - o peso está sobrevalorizado - dificulta a Argentina, por exemplo, de aumentar o volume de exportação de produtos agrícolas para o Brasil. Numa situação normal, os argentinos teriam maior poder de competitividade nos produtos lácteos, carne bovina, maçã, cevada e mais ainda no trigo. Em compensação, o Brasil levaria vantagem com produtos como o álcool, café, suco de laranja, aves e suínos (os dois últimos vêm registrando um grande aumento nas exportações para o Mercosul).

Para o coordenador do Depar-

tamento Intersindical de Estudos Rurais (Deser), Valter Bianchini, o primeiro impacto do Mercosul foi abalar a triticultura nacional. O segundo está sendo a onda de "modernização excludente" sobre a agricultura. "Trocando em miudos, modernização implica em aumentar escalas de produção e reduzir custos. Ou seja, quem está estruturado sobrevive, quem não tem acesso ao crédito e tecnologia corre o risco de desaparecer", alerta.

Bianchini cita por exemplo que neste processo os pequenos produtores de leite estariam ameaçados. Por que? Ele afirma que as indústrias já consideram anti-econômico receber uma produção de até 50 litros de leite/dia por propriedade para pagamento com base na qualidade. "Na medida em que se aumenta a escala por fazenda, os pequenos produtores são excluídos já que o consumo está estabilizado em 90 litros por pessoa/ano", afirma.

Por isso, segundo o coordenador do Deser, há uma luta para que seja implantada uma política para readequar a pequena produção que não consegue acompanhar este processo de modernização. Bian-

chini acha que devem haver subsídios para investimentos, com recursos provenientes de fundos do próprio orçamento da União, de auxílio externo através do Banco Mundial ou de mecanismos de alíquotas compensatórias, além de outras medidas. "Com um novo modelo de agricultura, a um custo menor se estaria evitando o desemprego no campo e a ida das famílias para as cidades", complementa.

Para Valter Bianchini, o Mercosul ainda é um projeto elitista com poucos canais de participação dos setores que estão sendo mais atingidos. "O tratado do Mercosul já prioriza os produtos da indústria em detrimento da agricultura. E o que não queremos é que a integração beneficie apenas os grandes produtores", afirma.

Em Curitiba, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iperdes) foi requisitado pelo Ministério da Agricultura para elaborar estudos que ajudem na formulação do programa de Reconversão Agrícola.



Mercosul abalou a triticultura nacional.

## Produtores de trigo querem mecanismos de proteção

O trigo é o principal produto atingido pela integração dos mercados dos países do Cone Sul. Por falta de competitividade e de uma política de fortalecimento do setor, o Brasil teve sua produção reduzida de seis milhões para dois milhões de toneladas e hoje já importa mais de 65% do que consome. De acordo com o presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Dick Carlos de Geus, a redução na área de plantio implica no desemprego de mais de 120 mil trabalhadores, no aumento de 15% nos custos de produção da safra de verão e na evasão de divisas a cada tonelada importada (só em 94, o País vai gastar US\$ 650 milhões na importação do produto).

A Ocepar já entregou ao governo federal documento para que adote um "Programa de Recuperação da Triticultura Nacional". O documento pede a adoção de uma tarifa compensatória para produto subsidiado na origem (no caso do Canadá) e a inclusão do trigo como produto sensível no Mercosul. Solicita também preços de garantia e VBCs compatíveis com os custos internos para assegurar renda mínima ao produtor.

As lideranças do cooperativismo insistem para que o governo coloque em prática a lei Agrícola para taxar o trigo subsidiado do Canadá. As importações de trigo começam a chegar no País a partir de fevereiro. Até outubro deste ano, as indústrias moageiras devem importar 1,5 milhão de toneladas do Canadá; 3 milhões da Argentina e 500 mil de outros países. De acordo com a Oce-

## UNIÃO ADUANEIRA PREOCUPA

VÂNIA CASADO

Uma nova redução tarifária está vigorando desde o início do ano entre os países que integram o Mercosul, com dedução de 82% nas alíquotas vigentes em dezembro/93. O impacto dessa medida recai sobre o setor agrícola brasileiro, já que certamente alguns produtos, como trigo, milho, arroz e lácteos, podem entrar no País mais baratos. A busca de eficiência para enfrentar esta competitividade é fundamental. Outra redução tarifária está prevista a partir de 1o. de julho e zeramento das alíquotas de importação a partir de 1o. de janeiro de 1995.

A preocupação, este ano, alertou Naberto Ortigara, coordenador no Paraná do subgrupo 8, que estuda a política agrícola no Mercosul, está em atingir a união aduaneira entre os países. Segundo ele, o Brasil vai se empenhar para estabelecer uma política comum de comércio do bloco do Mercosul com o resto do mundo. Isso porque, já que o setor agrícola está se adaptando para enfrentar a competitividade entre os produtos, a ideia da união das aduanas é fortalecer o comércio desses países em bloco e ampliar as relações comerciais com o resto do mundo.

No momento, a redução tarifária favorece mais a Argentina, que enfrenta dificuldades de exportação em consequência da sobrevalorização do peso argentino. Além disso, não importa alimentos. Portanto, essa redução não faz diferença. Já no Brasil a situação agrava à medida que se destaca como um grande importador de alimentos. Em 93 o País gastou US\$ 1,45 bilhão na importação de 8 milhões de toneladas de algodão, trigo, milho, arroz, feijão e leite em pó.

A opção do governo em priorizar a exportação de bens de capital em detrimento da agricultura pode aumentar o desemprego no meio rural, já iniciado com as lavouras de trigo e algodão, onde o trigo tem uma alíquota de importação de 10% e o algodão, zero. Esses produtos estão sendo colocados no mercado interno abaixo dos custos de produção no País. Já para importação de insumos, como tratores, colheitadeiras e implementos, as alíquotas são de 20%, o que não deixa de ser uma agressão ao princípio de livre comércio e uma clara opção do governo em proteger apenas alguns segmentos de produção.